

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE ARTES – DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS - LICENCIATURA**

SÍLVIA DO AMARAL FROEMMING

**A LEI 11.645/08: ABORDANDO A DIVERSIDADE
NAS AULAS DE ARTE**

Porto Alegre

2011

SÍLVIA DO AMARAL FROEMMING

**A LEI 11.645/08: ABORDANDO A DIVERSIDADE
NAS AULAS DE ARTE**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade Federal do
Rio Grande do Sul/UFRGS como requisito
parcial para a obtenção do título de
Licenciado em Artes Visuais.

Orientadora:

Profa. Dra. Andrea Hofstaetter

Banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Silveira

Prof. Me. Rodrigo Núñez

Porto Alegre

2011

Agradeço à professora Andrea Hofstaetter pela orientação nesta monografia, além da compreensão e paciência.

Agradeço a todos os professores que contribuíram de alguma maneira para minha formação durante o curso.

Agradeço aos colegas que se tornaram bons amigos durante esta jornada.

Agradeço ao meu marido Bruno por aguentar as horas de estresse durante a conclusão deste e de outros tantos trabalhos.

Agradeço à minha família.

"Diploma não encurta orelha."

Prof. Dr. Raimundo Helvécio Almeida Aguiar

Resumo

Este trabalho trata de questões relativas à Lei 11.645/08, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, especialmente nas áreas de artes, literatura e história brasileiras, na educação básica. A partir desta lei, pretende-se discutir a melhor forma de abordar questões de diversidade em sala de aula, não somente tratando das culturas afro-brasileira e indígena, mas contemplando todo tipo de diferença que, de certa forma, influencia na formação ou toca o cotidiano da cultura brasileira. A revisão bibliográfica está apoiada em Ana Mae Barbosa e Ivone Mendes Richter para a área de arte-educação, Ana Lucia Eduardo Farah Valente na área da educação, e documentos oficiais nacionais do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação. A pesquisa está articulada com a área de ensino de artes, sendo esta uma das áreas a que a lei atribui maior responsabilidade no tratamento destas questões. Trabalhar estas questões sem um preparo e discussão prévios pode resultar em um aumento do preconceito e da discriminação, ao contrário do que pretende a lei.

PALAVRAS CHAVE: Lei 11.645/08, Diversidade, Cultura, arte-educação.

Abstract

This work treats about questions related to the Law 11.645/08, which turns obligatory the study of afro-brazilian and brazilian indigenous people's history and culture, especially in the areas of art, Brazilian literature and history, in the basic education. From this law, it is intended to discuss the best way to approach diversity questions in the classroom, not only treating about afro-Brazilian and Brazilian indigenous cultures, but contemplating all kind of difference that, in some way, influences the formation or touches the everyday of the Brazilian culture. The literature review is supported by Ana Mae Barbosa and Ivone Mendes Richter to the art education area, Ana Lúcia Eduardo Farah Valente to the education area, and Brazilian official documents from the national education council and the ministry of education. The research is articulated with the art teaching area, this one being one of the areas to which the law assigns greater responsibility on the treatment of those questions. Working with those questions without previous preparation and discussion could result in an increase of prejudice and discrimination, unlike the intended by the law.

KEYWORDS: Law 11.645/08, diversity, culture, art education.

Lista de figuras

Imagem 1. Emanuel Araújo, OGUM, 2007	32
Imagem 2. Rubem Valentim, sem título, 1968	33
Imagem 3. Arthur Bispo do Rosário, sem título, sem data	34
Imagem 4. Picasso, Nu Sentado, 1908	35
Imagem 5. Costa do Marfim, Máscara Baule	35
Imagem 6. Theodore de Bry, Preparo do Banquete Ritual, 1592	36
Imagem 7. Yann Arthus-Bertrand, 6 bilhões de Outros, 2011	37

Sumário

Introdução	8
1 A Lei 11.645 e suas questões de diversidade cultural	12
1.1 Análise da Lei	12
1.2 Os problemas que esta lei pode criar	14
1.3 Questões importantes que a Lei não aborda	18
2 Compreendendo a diversidade	21
2.1 Algumas reflexões sobre diversidade cultural	22
2.2 O etnocentrismo	25
2.3 Pensando a diversidade em cada realidade	27
3 Diversidade nas aulas de arte	29
3.1 Abordando a diversidade nas aulas de arte	29
3.2 Escolhendo os artistas e as obras de arte	31
3.3 Equilibrando a diferença e a igualdade	39
Considerações finais	41
Referências	43

Introdução

Este trabalho tem o objetivo de promover uma discussão sobre a abordagem da diversidade nas aulas de arte, a partir da Lei nº 11.645, de 2008. Esta lei modifica o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, especialmente nas aulas de arte, literatura e história brasileiras, na educação básica.

Este trabalho manterá o foco nas duas culturas protegidas pelo artigo, a afro-brasileira e a indígena, mas ao escolher os assuntos e materiais pedagógicos que serão utilizados nas aulas de arte, é importante considerar que a cultura brasileira, historicamente, se formou também com influências asiáticas, além da europeia, africana e indígena, e que mesmo divididas em grupos maiores, todas estas culturas têm em si uma variedade imensa de outros povos e culturas. Além disso, não são só os temas culturais que podem ser abordados em aula para valorizar a diversidade. Podem ser discutidos aspectos como gênero, sexualidade, deficiências, religiões, classes sociais, etc.

Historicamente, a educação no Brasil tem uma forte característica eurocentrista, onde todas as disciplinas são estudadas a partir de conhecimentos gerados nos países colonizadores, dando um aspecto de cultura dominante à cultura europeia. Mas devemos mudar esta visão, adaptá-la à realidade brasileira, que já é há muito tempo independente da realidade europeia. Como diz o Parecer do Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno nº3, de 10 de março de 2004:

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. (BRASIL, 2004 a, p. 08)

Também será discutido como podemos abordar as questões culturais e étnicas a serem estudadas de forma que o tema apresentado em aula não seja

tratado de maneira equivocada, ou seja: sem diminuir a cultura, tratá-la como algo exótico, curioso ou subordinado à cultura dominante, nem descaracterizá-la, tratando como uma cultura já extinta ou completamente fundida à cultura dominante.

Claramente a intenção da Lei 11.645/08 é promover uma educação que reconheça a diversidade das raízes culturais do Brasil, e as valorize, para que a atitude da população em relação a questões culturais e étnicas se torne positiva e tolerante. A partir desta idéia, a maior questão que este trabalho levanta é: como devemos tratar as questões de diversidade nas aulas de arte, para que não acabemos aumentando o preconceito?

Quais seriam as didáticas adequadas a serem usadas nas diferentes situações de aprendizagem? Sempre devemos levar em consideração que o ensino que valoriza a diversidade cultural no conteúdo das aulas, precisa valorizar também a diversidade que parte dos alunos, dentro da própria escola.

Quanto às imagens levadas à sala de aula, as perguntas são: quais artistas e obras podemos utilizar como repertório visual no trabalho com cada cultura? Devemos buscar trabalhos de um artista que pertence à cultura, que busca referências na cultura, que se insere na cultura? Será que devemos buscar artistas contemporâneos ou de outras épocas?

Estas perguntas tentam ordenar um problema muito mais complexo e delicado, que não poderá ser resolvido apenas com o decreto de uma lei, pois segundo Ana Mae Barbosa,

o equilíbrio entre a configuração de uma identidade cultural e a flexibilidade para a diversidade cultural é um objetivo e, provavelmente, uma utopia, que colocará a educação em movimento constante, porque nem a identidade nem os elementos do meio ambiente cultural são fixos. (BARBOSA, 1998, p. 79)

Assim, temos o desafio de tratar de forma coerente uma questão que engloba muitas variáveis em constante mudança: a arte, a cultura, a identidade e a sociedade.

A pesquisa é um ponto de partida para que os professores, não só da área de arte, possam abordar questões culturais e étnicas em suas aulas de maneira positiva, e para que a diversidade seja pensada de maneira mais profunda no ambiente escolar. É importante que esta questão seja discutida sempre que

possível, pois até o currículo das licenciaturas é carente de disciplinas que se aprofundam neste assunto.

As pesquisas na área de arte com esta temática são poucas, considerando que a lei é de 2008, e enfatizou a responsabilidade das aulas de arte no trabalho com as culturas afro-brasileira e indígena. Felizmente a arte já trata de questões polêmicas há bastante tempo, e considerando que existem manifestações artísticas na maioria das culturas, a arte pode ser muito bem usada para tratar da diversidade cultural.

O estudo de diferentes culturas na sala de aula é fundamental para diminuir o racismo, o preconceito, aumentar a aceitação do outro, de quem é diferente. O estudo da diversidade cultural pode até diminuir o preconceito que existe com os outros indivíduos que fogem dos padrões de uma sociedade, sejam de beleza, de comportamento, estéticos, religiosos...

No primeiro capítulo deste trabalho, faço um detalhamento sobre os aspectos que considero importante e que partem da Lei 11.645/08. Abordo tanto as dúvidas que podem surgir ao ler o corpo da lei, quanto o surgimento de outras questões de diversidade, e os problemas que podem surgir se a lei for mal interpretada.

No segundo capítulo, trago reflexões sobre a diversidade, pois este é o tema que relaciono diretamente à discussão feita no primeiro capítulo, afinal as diferenças étnicas ou raciais são apenas algumas das diferenças que nos definem na sociedade. Também falo sobre o etnocentrismo, uma questão diretamente ligada à discussão da diversidade, pois trata da maneira como nosso grupo social se relaciona com os outros grupos existentes. Ao final do capítulo, proponho uma discussão sobre como podemos pensar a diversidade nas diferentes realidades, escolares ou sociais, existentes.

No terceiro capítulo, junto as ideias já apresentadas a uma discussão sobre como abordar a diversidade especificamente nas aulas de arte. Faço algumas sugestões de artistas, obras ou temas que podemos trazer às aulas para promover uma aplicação positiva da Lei 11.645.

Os principais referenciais teóricos são Ana Mae Barbosa (1998), que trata da diversidade na educação, e como um tipo de educação democrática começa a ser reivindicado no mundo todo. A autora relaciona a diversidade cultural com os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento que também analiso nesta pesquisa.

A autora Ivone Mendes Richter (2003) aborda a diversidade como interculturalidade inserida no cotidiano, e levanta questões muito importantes sobre como o Brasil se insere no problema da diversidade cultural, algo que preocupa o mundo há algumas décadas, mas que é a realidade da cultura brasileira.

Na área da educação, e com uma obra extensa contra o racismo, a favor da diversidade, escolhi a autora Ana Lucia Eduardo Farah Valente (1999), que traz um panorama dos processos históricos e globais que tornaram a diversidade cultural na educação um assunto tão difícil e urgente nos dias de hoje.

Também são referências os documentos federais oficiais sobre estes assuntos, como pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Este trabalho também se relaciona com minha prática no Estágio Curricular de Docência, onde abordei o tema "Identidade". Inúmeras relações com a diversidade podem ser feitas a partir do tema do estágio, pois ele traz à tona todos os aspectos individuais de cada aluno.

1 A Lei 11.645/08 e suas questões de diversidade cultural

1.1 Análise da Lei

A lei nº 9.934/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), teve em 2003 o acréscimo do artigo 26-A, dado pela lei 10.639/03, que incluía no currículo a obrigatoriedade do ensino da temática “história e cultura afro-brasileira”. Em 10 de março de 2008, a lei 11.645 alterou o artigo 26-A da lei nº 9.934/96, que passou a vigorar com o seguinte texto:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008)

Em uma primeira leitura, ao meu ver, é difícil estabelecer quais são as intenções da aplicação desta lei, pois o texto se detém em aspectos técnicos e práticos. Mas se pensarmos além da redação, podemos entender que a intenção do decreto é fazer com que se estude, botar em foco as minorias¹, para que todos tenham o mínimo de compreensão sobre outras culturas e suas trajetórias históricas. Isso diminuiria, em tese, o racismo e os preconceitos, pois o preconceito, segundo o dicionário Aulete Digital, pode ser uma “idéia ou juízo fundado em credices e superstições”, ou seja, existe com algo que nós não conhecemos e estranhemos ou temos medo.

¹ O termo “minorias”, segundo o dicionário Aulete Digital, pode se referir a um grupo de inferioridade numérica ou a um grupo cultural, racial, religioso, político etc. que de alguma forma faz parte de um grupo maior, dominante ou majoritário, e deste grupo recebe tratamento discriminatório ou a ele é subordinado, de modo que o grupo minoritário não usufrui dos mesmos direitos e oportunidades. É com esta segunda conotação que usei o termo “minorias”, pois no último Censo, menos de 50% da população brasileira se considerou branca.

Podemos ver que a primeira redação do artigo 26-A incluía somente o estudo da cultura afro-brasileira, e mais tarde foi acrescentada também a cultura indígena. Isto demonstra claramente um esforço em busca de democratização da sociedade, o que é muito positivo. À medida que grupos minoritários se organizam, podem reivindicar seus direitos de reconhecimento, respeito e igualdade.

A maioria dos textos complementares ao artigo 26-A, que dão pareceres e orientações sobre a formulação de projetos que valorizem a história e cultura afro-brasileira, foram escritos antes de 2008, como os pareceres do CNE/CP², época em que a lei 9.934/96 ainda não havia sido modificada, e tratam exclusivamente do estudo da cultura afro-brasileira. Mas por se tratar de um assunto que visa o respeito à diversidade, os preceitos podem ser aplicados também aos indígenas, e a todos os outros grupos minoritários da sociedade.

Um destes textos cita que existe uma "demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, [...] de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade" (CNE/CP, 3/2004, p.2). Logo, podemos concluir que esta é a motivação para que haja um artigo na LDB defendendo alguns grupos minoritários.

O ensino no Brasil tem um foco eurocentrista, que permaneceu desde a época da colonização. Como cita Rocha:

[Os livros didáticos] têm importância fundamental na formação de uma imagem do índio, pois são lidos e, mais ainda, estudados por milhões de alunos pré-universitários nos mais diversos recantos do país. [...] Através deles circula um "saber" altamente etnocêntrico — honrosas exceções — sobre os índios. Os livros didáticos, em função mesmo do seu destino e de sua natureza, carregam um valor de autoridade, ocupam um lugar de supostos donos da verdade. (ROCHA, 1988, p. 8)

Podemos observar este aspecto pensando em algo muito simples: a chegada dos europeus ao Brasil foi por muito tempo, e talvez em alguns livros didáticos ainda seja, chamada de "descobrimento".

Um estudo de pós-graduação em história, de Isao Ishibashi, mostra um estudo comparativo entre os livros didáticos do ensino médio, de história, no Brasil e no Japão, feito em 1994. Segundo os dados do autor, o conteúdo dos livros no Brasil se distribui da seguinte maneira: mais de 90% se dedica a estudar a história da

² Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno.

Europa. Em segundo lugar fica a pré-história com 3,7%, seguida da América do Norte com 3%, Ásia com aproximadamente 2% (apenas após o século XIX), América Latina com aproximadamente 1%, África com 0,3% (exceto história de países considerados civilizados e com cultura própria), e por fim Oceania e Ilhas do Oceano Pacífico com 0%.

É incoerente que ainda tenhamos essa visão no ensino, visto que contamos com mais de 500 anos de miscigenação de povos e culturas no nosso território, e além disso, com quase 190 anos de independência, tempo em que deveríamos ter criado uma identidade própria como país. Uma educação que prima pela compreensão e aceitação de toda a diversidade do nosso país é inviável se partir de valores políticos, religiosos e sociais antigos, como creio que são os valores da sociedade atualmente.

E para que sejam diminuídos o racismo e o preconceito, é necessário trabalhar questões étnicas e raciais em aula. A resolução do CNE/CP de 17 de junho de 2004 explicita as intenções da promoção de um ensino que trate de questões étnicas e raciais, quando diz:

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004 b, p. 1)

Ter consciência destas intenções que estão implícitas na redação da lei é um ponto de partida para a discussão de inúmeras outras questões, que podem ser percebidas a partir do seu texto. Apesar de ditar resoluções simples e de fácil entendimento, ele trata de questões objetivas que devem ser cumpridas sobre um tema extremamente subjetivo.

1.2 Os problemas que esta lei pode criar

Essa subjetividade dos temas étnicos e culturais, somada às possibilidades de interpretações diversas do texto, torna difícil o entendimento e execução da lei, e cria várias questões a serem discutidas a partir dela.

A partir da redação da lei, podemos nos perguntar: por que ela foi redigida enfatizando apenas as culturas afro-brasileira e indígena? Sabemos que a cultura brasileira é uma das mais miscigenadas do mundo, com influências européias, asiáticas, africanas e dos povos nativos. Nos dias de hoje, a mistura de culturas é ainda maior, pois são inúmeros os povos imigrantes que fixaram residência no nosso país. Abordar a diversidade enfatizando apenas estes dois grupos pode gerar uma idéia errada de que o nosso país foi construído somente por portugueses, africanos e os nativos que já estavam aqui.

A lei instrui que seja estudada a história da África e dos povos africanos, e o Conselho Nacional de Educação justifica essa decisão, dizendo que

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira[...]. (BRASIL, 2004 b, p. 1)

Mas não consideram que a África é um continente com cinquenta e três países, variações de clima e vegetação, e mais de 800 etnias negras africanas. Certamente a diversidade não é uma exclusividade do continente africano, mas sua grande heterogeneidade torna muito difícil a tarefa de estudar sua história e cultura. Qualquer aspecto que se escolha para estudo é diverso. Portanto, para estudar a história da África, seria necessário abordar o tema de maneira totalmente geral, escolher um tema a ser aprofundado, ou estudar a história de alguns países.

Cada área de conhecimento, dentro do currículo escolar, possui alguns aspectos que podem ser buscados para trabalhar a diversidade em seus conteúdos. Mas simplesmente trazer aspectos da história africana e inseri-los nas aulas é usar o continente como ilustração ao conteúdo, e não se caracteriza como um esforço em busca da valorização da diversidade.

Da mesma maneira, são vários os povos indígenas nativos do Brasil: atualmente são encontrados 234 povos indígenas no território brasileiro, falantes de mais de 180 línguas diferentes³. Cada povo tem suas diferentes religiões, mitologias, rituais, hierarquias. Alguns ainda conservam peculiaridades de povos "não-

³ Fonte: Povos Indígenas no Brasil <<http://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em 9 de novembro de 2011.

globalizados", salientando uma cultura diferente de todas as outras. Como abordar toda esta diversidade nos próprios grupos étnicos apontados pela lei?

Levando em consideração todas as variáveis existentes quando se trata de um assunto tão subjetivo, antes de pôr em prática qualquer didática que trate da diversidade na sala de aula, precisamos entender a profundidade deste assunto, e como é difícil tratá-lo de maneira a gerar os resultados esperados e pretendidos pela lei. Por isso é importante que esta questão seja discutida sempre que possível no ambiente escolar, buscando envolver na discussão os alunos, professores e pais.

O estudo de diferentes culturas na sala de aula é fundamental para diminuir o racismo, o preconceito, aumentar a aceitação do outro, de quem é diferente. O estudo da diversidade cultural pode até diminuir o preconceito que existe com os outros indivíduos que fogem dos padrões de beleza de uma sociedade, por exemplo, minimizando também o "famoso" e "super atual" *bullying*. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trazem essa questão, e citam a importância de discutí-la:

Historicamente, registra-se dificuldade para se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. Na escola, muitas vezes, há manifestações de racismo, discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente. Essas atitudes representam violação dos direitos dos alunos, professores e funcionários discriminados, trazendo consigo obstáculos ao processo educacional pelo sofrimento e constrangimento a que essas pessoas se vêem expostas. (BRASIL, 1998 a, p. 122)

Além disso, temos uma história de educação que dificulta o trabalho com a diversidade, pois os conteúdos de livros didáticos têm em geral um cunho eurocentrista. Portanto é necessário discutir como mudar esta visão. Caso não haja um preparo para o tratamento destas questões em sala de aula, o assunto pode ser tratado de maneira equivocada.

Também podemos pensar se é coerente relacionar os negros brasileiros diretamente à África. O Brasil já possui uma história onde negros, índios e brancos estão em convívio. Durante estes 500 anos de história, o preconceito e a segregação estiveram presentes, e de certa forma moldaram a nossa cultura, desde o período da colonização. Mas é muito diferente falarmos de segregação no Brasil e

na África, pois nada que tenha ocorrido aqui se compara ao Apartheid⁴, por exemplo. A história do Brasil está totalmente permeada por personalidades negras importantíssimas, é algo que está entranhado no Brasil. Por isso creio que podemos e devemos, sim, enfatizar as influências da África em nosso país, mas não somente estudar a história da África para valorizar a cultura de um negro que já é brasileiro.

Outra questão para refletir é que a lei enfatiza as áreas de “educação artística”⁵, literatura e história brasileiras. Essa ênfase que a lei dá a estas áreas é questionável, pois pode levar a crer que estas são as poucas áreas com conteúdo adaptável ao tratamento da diversidade. Aliás, este trabalho não depende apenas de um conteúdo programático passado aos alunos. Se forem tratadas assim, as iniciativas para trabalhar com a Lei 11.645/08 se resumirão a algo feito para “manter as aparências”. O parecer CNE/CP reforça este ponto de vista afirmando que

É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas. (BRASIL, 2004 a, p. 6)

Assim, todos os professores de todas as áreas podem contribuir da mesma maneira para a promoção do respeito à diversidade, tanto com conteúdo quanto (e principalmente) com posturas e atitudes. A postura da escola e dos professores precisa mudar em um conjunto, e os documentos normativos, como o Projeto Político Pedagógico elaborado pela escola, também precisam refletir esta atitude.

⁴ O termo apartheid se refere a uma política racial implantada na África do Sul, oficializada em 1948, onde a minoria branca detinha todo poder político e econômico no país. Os negros (ou não-brancos) eram impedidos de participar da política, não tinham acesso à propriedade da terra, eram obrigados a viver em zonas residenciais determinadas. O casamento inter-racial era proibido e uma espécie de passaporte controlava a circulação dos negros pelo país. Os empregos para negros eram específicos. Além disso, escolas, hospitais, banheiros, taxis, ônibus, bancos de praça, e muitos outros locais e estabelecimentos eram reservados somente ao uso de pessoas brancas. (COSTA, s/d)

⁵ O termo “educação artística” não é mais usado pelos pesquisadores da área de arte e educação, inclusive antes da lei ser redigida. A própria LDB e os PCN tratam a disciplina por “Ensino de Artes”. No próprio meio, a área também é tratada como “arte educação”.

1.3 Questões importantes que a Lei não aborda.

Várias questões de grande importância não são claramente compreensíveis quando lemos somente o corpo da LDBEN. Certamente por ser um trecho resumido, onde devem ser lançadas ordens básicas sobre o que deve ou não ser feito. Mas toda a essência da lei só é entendida quando se lê vários documentos de orientação, como pareceres e resoluções complementares, pesquisas de educadores, relatos de experiências positivas.

O Conselho Nacional de Educação dá instruções claras de como trazer ao currículo as contribuições dos negros para o desenvolvimento do país, dizendo que

O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios, inclusive a realização de projetos de diferentes naturezas, [...] com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social [...]. (BRASIL, 2004 a, p.13)

É possível questionar até que ponto a ênfase nas contribuições e conquistas dos negros ou indígenas despertará um sentimento de igualdade, respeito ou consciência da diversidade. Deveríamos levar em conta, então, a raça ou etnia de cada personalidade que resolvermos estudar com os alunos? Isso não seria um sinal de preconceito em si? Por outro lado, se acharmos que essa ênfase é desnecessária, acabaremos ignorando um ponto importante e fundamental na construção de uma sociedade que respeita diferenças.

O aspecto de dualidade ao qual a lei nos remete é muito complexo, pois simplesmente salientar a diferença parece tão ruim quanto ignorá-la. É importante achar o equilíbrio entre igualdade e diferença, e esta importância é muito bem ilustrada por Ivone Richter⁶, ao dizer que

A promoção da diferença pode redundar, e muitas vezes isso tem acontecido, em um incremento da discriminação. Já a promoção de uma

⁶ Ivone Mendes Richter é mestra em Arte-Educação pela Concordia University de Montreal (Canadá) e doutora em Educação pela Unicamp. Tem um significativo trabalho de pesquisa sobre interculturalidade e arte-educação. Neste livro trazido à minha pesquisa, Ivone traz uma pesquisa sobre a utilização da estética do cotidiano de mães de alunos como estratégia para a abordagem da diversidade nas aulas de arte.

pseudo-igualdade tem como resultado a alienação e o comodismo redundante dos grupos hegemônicos. (RICHTER, 2003, p.27)

Também devemos pensar até que ponto é justo que exista um artigo específico para defender o direito de reconhecimento de negros e indígenas, e não sejam defendidos juntos todos os outros grupos que sofrem preconceitos. Todas estas questões entram no ensino voltado à diversidade, e segundo Nilma Gomes,

Podemos indagar que histórias as narrativas do currículo têm contado sobre as relações raciais, os movimentos do campo, o movimento indígena, o movimento das pessoas com deficiência, a luta dos povos da floresta, as trajetórias dos jovens da periferia, as vivências da infância (principalmente a popular) e a luta das mulheres? (GOMES, 2007, p.24)

O que nos remete à velha questão do que é o "ideal" para nossa sociedade. A idéia que foi construída, e possivelmente isto é anterior à história do Brasil, é que o ideal de ser humano é um homem, branco, atlético, europeu, católico, heterossexual, e de classe alta⁷. Logicamente, esta visão afeta diretamente o inconsciente de todos, inclusive todos os profissionais envolvidos no ensino. A jornada até o pleno respeito à diversidade é longa, e passará por um combate a todos os tipos de preconceito: cor, gênero, condição social, deficiência, aparência física...

É muito necessário que exista material de apoio, instruções claras, que ampliem o horizonte de pensamento de quem está envolvido na educação. Por exemplo, são poucos os professores que poderiam pensar em usar as estatísticas do CENSO brasileiro como conteúdo de matemática, e por consequência comentar questões relativas à cor da população brasileira. Ou abordar o tema da agricultura citando os egípcios, mas ressaltar que o Egito está localizado no continente Africano, e era um povo de cor parda, e não branca como estamos acostumados a ver nos filmes.

Outra questão que circunda a lei, mas que não é diretamente citada, é o fato de que a cultura dominante atual, ou os brancos, não devem promover a diversidade por culpa ou obrigação, assim como os negros ou indígenas não devem culpar os brancos pelo que foi feito no passado. O CNE aborda muito bem esta questão ao dizer que

⁷ Creio que este ideal se desenvolveu no senso-comum a partir de vários outros fatores, como o patriarcado, o preconceito contra negros, deficientes físicos, o domínio da religião Católica partindo dos colonizadores, etc.

[...] os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm, hoje, de assumir a culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto, têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vêm sendo mantidos à margem, os negros, construir relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos. Não fossem por estas razões, eles a teriam de assumir, pelo fato de usufruírem do muito que o trabalho escravo possibilitou ao país [sic]. (BRASIL, 2004 a, p.6)

Assim sendo, devemos estar conscientes do que foi e ainda é feito com alguns grupos marginalizados em nossa sociedade, reconhecer o erro que é criar classes mais privilegiadas que outras, e reparar os danos em conjunto, para que a sociedade cresça justa e igual.

2 Compreendendo a diversidade

Todas estas reflexões que a lei 11.645/08 incentiva que sejam feitas sobre estas duas culturas levam a pensar também sobre como é tratada a diversidade, pois “tendo em vista as diferenças culturais existentes em todo grupo social, a questão étnica é apenas um entre os aspectos (idade, gênero, ocupação, classe social etc.) que definem essas diferenças” (RICHTER, 2003, p 26).

Assim, precisamos discutir a diversidade antes de tratar de duas etnias específicas, como a indígena e a afro-brasileira. Na verdade, as duas etnias são apenas uma pequena porção do que deve ser trazido à escola na busca de uma erradicação do preconceito. Para realizar um trabalho positivo em sala de aula, e ter também uma postura positiva no dia-a-dia, precisamos saber como a diversidade vem sendo discutida e o que consideramos válido para abordá-la.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram publicados no ano de 1998, e já traziam algumas orientações sobre pluralidade cultural. Cinco anos depois, em 2003, foi criado o artigo 26-A, e cinco anos depois da criação do artigo, ele foi alterado, para se tornar a lei 11.645/08 que cito desde o início deste trabalho.

É visível que todas as medidas tomadas pelo governo para promover um ensino multicultural são recentes, levando em conta os treze anos passados desde a publicação dos PCN. Mas a maior parte da população ainda não teve acesso a quaisquer publicações oficiais sobre o tema da diversidade, o que torna o assunto ainda mais desconhecido para a sociedade em geral.

Podemos notar que a preocupação com a diversidade é um tema que tem sido bastante explorado nos meios de comunicação populares recentemente. São várias as telenovelas, por exemplo, que incluem em seu enredo pessoas que são geralmente discriminadas pela sociedade, como portadores de síndrome de Down, homossexuais, alcoólatras, dependentes químicos, etc. Na mais recente, tivemos um ator negro no papel principal da novela⁸, o "primeiro galã negro", como foi noticiado em vários meios de comunicação. E o curioso é que, mesmo vivendo em um país onde a maioria da população se considera negra, este fato chamou muito a atenção. Nos *sites* de relacionamento surgiram vários comentários preconceituosos.

⁸ "Insensato coração", de Gilberto Braga, foi ao ar em 17 de Janeiro de 2011.

Nos *sites* de notícias podemos ler muitos comentários sobre o papel não ser condizente com o ator, pelos mais diversos motivos. Mas essa discussão sobre o talento para ser galã viria à tona se o ator fosse branco?

2.1 Algumas reflexões sobre diversidade cultural

A diversidade de que tratamos aqui pode ser chamada de "pluralidade cultural", como nos PCN, multiculturalidade, interculturalidade. A denominação depende da preferência do autor, ou da idéia que ele pretende passar. A palavra "interculturalidade", por exemplo, dá uma maior impressão de interação ou de permeio entre diferentes culturas. "Multiculturalidade" sugere algo que se constitui de várias culturas, mas sem o prefixo "inter", não demonstra interação entre culturas. Já "pluralidade cultural", em minha opinião, designa o mesmo que "multiculturalidade". Segundo Ivone Richter:

Esse termo [multiculturalidade] tem sido utilizado como sinônimo de "pluralidade ou diversidade cultural", indicando as múltiplas culturas hoje presentes nas sociedades complexas. No entanto, é a denominação de "multicultural" que se encontra consagrada na literatura, tanto na área da educação quanto da arte-educação, pois é dessa forma que a questão da diversidade vem sendo estudada e discutida há muito tempo. Atualmente, vem sendo utilizado o termo "interculturalidade", que implica em uma inter-relação de reciprocidade entre culturas. (RICHTER, 2003, p. 19)

A autora Ana Mae Barbosa faz uma ótima observação ao citar que os autores dos PCN escolheram deliberadamente uma nova expressão para discutir sobre um assunto que já é amplamente conhecido e estudado como "multiculturalidade", talvez com a intenção de fazer com que os parâmetros pareçam algo completamente novo e livre de fontes de pesquisa.

Para escrever meu texto, escolhi enfatizar o termo "diversidade", utilizando-o sempre que se trata de citar a questão da multiplicidade, de tratar com a diferença. O termo não está sempre acompanhado de "cultural" pois considero que também existem diferenças entre indivíduos inseridos na mesma cultura, que também geram preconceito. Diferenças físicas, de gênero, de opção sexual, religiosas, políticas, todas são fatores que podem gerar preconceito.

Na verdade, se levarmos a definição mais comum de cultura⁹ ao "pé da letra", chegaremos à conclusão de que todos os grupos sociais que compõem o mundo globalizado já têm, em si, diversas culturas. Quando digo "mundo globalizado" me refiro a sociedades como a nossa, brasileira. Não existem mais padrões de comportamento em nossa sociedade ou qualquer aspecto social que possa unificar todos os indivíduos.

A cultura é um elemento social, mas que molda o indivíduo. Está sempre em construção e transformação, pois se trata de um processo acumulativo das experiências históricas das gerações anteriores de um grupo humano. Por isto também não é possível falar em "a" cultura, como algo pronto, que não sofre mutações.

Valente diz:

O indivíduo (e aquilo que eventualmente possa caracterizá-lo com exclusividade) só existe se referenciado à forma de organização social em que ele vive. Afora a constituição biológica dos seres humanos, não há características natas, e sim características que vão sendo construídas na relação com outros homens e com o ambiente. (VALENTE, 1999, p.15)

Ainda sobre este assunto, Richter diz:

A cultura, [...] envolve tudo o que é criado pelo ser humano: *produtos materiais*, tais como artefatos, roupas; *produtos sociais e de comportamento*, tais como famílias, corporações, escolas, formas de relacionamento social; e *produtos mentais*, tais como conceitos e sistemas de pensamento. (RICHTER, 2003, p.25)

Juntando todos estes dados, a idéia que tenho é que "cultura" é uma denominação que se dá a algo extremamente complexo. A meu ver, cultura pode englobar desde em qual continente uma pessoa nasceu, até o que essa pessoa pensa quando ouve a palavra "estrela". Pensando por esse lado, ou a definição de cultura junta muitas pessoas diferentes em um só grupo, ou cultura é algo único para cada pessoa.

⁹ Segundo o dicionário Aulete Digital, cultura é: o conjunto de costumes predominantes num grupo ou classe social; tudo o que caracteriza uma sociedade, compreendendo sua linguagem, técnicas, artefatos, alimentos, costumes, mitos, padrões estéticos e éticos; conjunto dos valores intelectuais e morais, das tradições e costumes de um povo, nação, lugar ou período específico.

Apesar de haver aspectos comuns, que unem as pessoas numa cultura comum, há aspectos de grupos menores que podem se caracterizar por outras culturas, dentro de uma cultura maior. E há também aspectos individuais e uma forma singular de cada indivíduo relacionar-se em e com sua cultura. Por isso considero o termo "cultura" inadequado para ser usado como foi na lei, por exemplo. "Cultura afro-brasileira" é um tema tão amplo em si quanto "cultura humana".

Assim acho mais fácil tratar este assunto como "diversidade", pois engloba todos os tipos de diferenças que precisamos trabalhar em um ensino democrático e justo, inclusive diferenças existentes dentro de grupos com algum critério de semelhança. Diferenças físicas, culturais, religiosas, etc.

O termo "diversidade" também permite abordar questões de inclusão na escola. Atualmente pessoas portadoras das mais diversas deficiências frequentam a escola pública, e isto gera estranhamento nos alunos que não conhecem as condições do colega portador de deficiência. Trabalhar com a diversidade também ajuda a compreender estas condições, e a criar a atitude de respeito que é necessária para uma sociedade democrática.

Apesar de vários esforços para mudar a situação, o preconceito ainda está impregnado na nossa sociedade, onde continua ditando regras de beleza e de valor. Ainda existe a confusão de que certas características afetam diretamente no caráter, na dignidade ou na capacidade de uma pessoa, como ser negro, homossexual, portador de deficiência, etc.

No dia 29 de Setembro deste ano foi ao ar na televisão uma reportagem no programa *A Liga*, da rede Bandeirantes, onde um repórter foi à apresentação do concurso Miss Brasil acompanhado de dois travestis. Ao perguntar para uma jovem senhora se os travestis teriam chance em um concurso de beleza, a senhora respondeu ao repórter que sim, em um concurso próprio para travestis, e não em um concurso "tradicional e de família" como o Miss Brasil. Certamente o concurso é extremamente tradicional, mas o que leva esta senhora a pensar que os travestis não são "de família"? A idéia que este comentário passa é que simplesmente por terem uma opção sexual diferente daquela que é biologicamente estipulada, os travestis são marginais, não têm dignidade, não podem respeitar ou serem respeitados. E infelizmente, esse é um pensamento comum dentre a população.

É válido perguntar até que ponto o trabalho da mídia tem surtido efeito ao abordar temas preconceituais em novelas, programas de auditório, etc.

Frequentemente escuto comentários na rua ou conversando com conhecidos que revelam uma resistência à aceitação do próximo. Cenas e histórias de casais homossexuais nas novelas causam comentários como “Estão querendo nos empurrar isso goela abaixo!” ou “Daqui a pouco nós (heterossexuais) vamos ser a minoria.” Este tipo de atitude nos mostra que a escola também não está trabalhando efetivamente com estas questões.

2.2 O etnocentrismo

Ao falarmos sobre outros povos, sua cultura, manifestações, costumes, religião, rituais etc, devemos sempre lembrar que estamos falando de algo que não conhecemos. Por isso temos que ter consciência de que falamos sobre tudo que nos cerca a partir da ótica da nossa própria cultura. Mesmo que seja inconscientemente, tendemos a adotar nossos valores, os valores da sociedade em que estamos inseridos, como ponto de referência. A esta tendência damos o nome de “etnocentrismo”, e acredito que conhecer este assunto é de grande relevância quando pensamos em dar aulas em que o assunto são outras culturas.

O etnocentrismo, segundo Everardo Rocha, é "uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo, e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência" (ROCHA, 1988, p. 5). Assim sendo, temos a tendência de supervalorizar aquilo que determina nossa visão sobre as coisas, desconsiderando ou desvalorizando visões diversas. Muitas vezes julgamos atitudes de outros povos sem ao menos pensar que não estão inseridos no mesmo grupo que nós, que não têm os mesmos valores. "O grupo do 'eu' faz então, da sua visão [...] a melhor, a única, a superior, a certa. O grupo do outro fica [...] sendo engraçado, absurdo, anormal ou ininteligível" (ROCHA, 1988, p. 5). Ou seja, é importante que saibamos que a nossa visão de mundo não é a única possível, nem a única correta ou válida.

"O etnocentrismo passa exatamente por um julgamento do valor da cultura do 'outro' nos termos da cultura do grupo do 'eu'."(ROCHA, 1988, p.7) Vemos isto claramente ao tratarmos da “arte rupestre” ou da “arte indígena”. O que é comumente chamado de “arte indígena” ou “artesanato indígena” não é na verdade arte ou artesanato. Essas são as denominações que damos após perceber os

objetos com a nossa visão de cultura. Só podemos falar com exatidão o que representam os objetos feitos pelos índios quando formos direto a eles para perguntar. Também é muito complicado falar sobre "arte indígena" pois estamos aplicando um termo em manifestações plásticas de povos que nem ao menos têm palavra correspondente em suas línguas.

O mais importante a ser aprendido sobre o etnocentrismo, ou seja, sobre a maneira que vemos as manifestações culturais alheias, é que é necessário acima de tudo respeitar o outro. E respeitar não implica em concordar com atitudes, valores, nem implica em incorporá-los à nossa cultura, ou eliminá-los da outra cultura.

A maneira como tratamos certos animais pode exemplificar as diferenças entre as culturas. Na Coreia existe a tradição de comer carne de cão. Apesar deste costume estar em extinção, ainda existem abatedouros e restaurantes com esta finalidade. Os animais são criados com fim de corte, vivem confinados, são tratados como objetos. Na nossa cultura brasileira, o cão é um animal de companhia, ou que nos auxilia em diversas tarefas. Criamos uma imagem humanizada do cão por conviver muito tempo com esses animais. No entanto, as vacas nós tratamos como objeto, com finalidade de corte, igual aos cães na Coreia. E as mesmas vacas que comemos (aos montes) aqui, são animais sagrados na Índia. Mesmo assim, é comum encontrar *sites*¹⁰ com reportagens ou curiosidades sobre o consumo de carne de cão na Coreia, seguidas de vários comentários amaldiçoando os coreanos, desejando a morte deles, dizendo que é um povo maldito, o que considero lamentável.

Algo que não costumamos pensar é que na visão do próximo, nós é que somos "o outro".

O etnocentrismo não é propriedade [...] de uma única sociedade, apesar de que, na nossa, revestiu-se de um caráter ativista e colonizador com os mais diferentes empreendimentos de conquista e destruição de outros povos. (ROCHA, 1988, p.6)

Esse caráter remete às épocas de grandes navegações, quando os países "civilizados" saíram de suas terras e colonizaram os povos "menos evoluídos". Quando o Brasil foi colonizado, o que prevaleceu foi a visão de mundo do

¹⁰ Um exemplo é o site "O Grito do Bicho", de proteção aos animais, que pode ser visitado em <http://www.ogritodobicho.com/> (acesso em nove de Novembro de 2011)

colonizador. O caráter eurocentrista dos materiais didáticos utilizados no nosso país também foi herdado da época da colonização.

O que vemos e entendemos do mundo está na maneira como fomos criados para ver. Acredito que isto é o ponto fundamental na busca de uma educação democrática, que respeite a diversidade: devemos fazer com que toda a população entenda o princípio do respeito ao próximo.

2.3 Pensando a diversidade em cada realidade

A partir do conceito de etnocentrismo, podemos concluir que não falamos com propriedade sobre qualquer assunto que não tenhamos vivenciado. Sendo assim, ao trazer às aulas temas que visam trabalhar a diversidade, precisamos em primeiro lugar buscar saber o que o próprio grupo que está sendo estudado tem a dizer sobre si. Para trabalhar a cultura indígena em uma aula de arte, por exemplo, não podemos recortar uma peça de cestaria do contexto e apresentá-la como um "simples" objeto artístico. O que importa é compreender o que significa esta peça para os próprios índios.

Na minha experiência de estágio, levei um dia imagens de trabalhos de dois artistas. Além das fotos de obras, levei um retrato de cada artista. Um era negro e outro branco, mas essa diferença passou despercebida pelos alunos. Não dei ênfase a este fato pois o assunto da aula era outro, mas com isso percebi que o simples fato de ser negro não gerou comentários significativos. Então, levar imagens de artistas negros àquela turma com intenção de trabalhar a diversidade não surtiria um efeito muito grande pelo fato de serem simplesmente negros.

Por outro lado, se pensarmos que vamos dar aula em uma escola de periferia, com 100% de alunos negros, como podemos proceder para realizar um trabalho positivo em relação à diversidade? Será que estes alunos têm consciência e orgulho de serem negros, ou têm vergonha porque seus antepassados foram escravos? E como se sentem em relação às outras etnias?

Acredito que primeiro precisamos perceber como anda a própria estima dos alunos em relação a suas origens. Não seria justo começar um trabalho evidenciando outras etnias se eles não se sentem bem com a sua própria. Ana Mae diz que

Uma criança negra que visite um museu que exiba arte ou 'artefato' africano poderá de lá sair com seu ego cultural reforçado pelo conhecimento, apreciação e identificação com os valores vivenciais e estéticos da Arte Africana, ou completamente despossuído culturalmente e desidentificado com a gênese de sua cultura, dependendo da orientação que o profissional do museu que o receba der à sua visita. (BARBOSA, 1998, p.91)

O mesmo ocorre em sala de aula, se pensarmos que o professor é um "mediador" de arte. Tanto para negros quanto para brancos, pardos, amarelos, etc., o importante é primeiro constatar como se dão as relações entre aquele determinado grupo de alunos e suas características. Como se sentem em relação à própria cor, cultura, condição social, condição física? Tratam o diferente com naturalidade ou com hostilidade? São várias constatações a fazer antes de começar um trabalho em sala de aula. E a partir disto, o professor pode escolher o melhor caminho para cumprir com seu papel de educador.

3 Diversidade nas aulas de arte

No início deste trabalho, analisei a Lei 11.645/08. Um dos aspectos que considerei importante ao escolher este tema de pesquisa foi o parágrafo segundo, que diz:

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008)

Este parágrafo transporta todas as reflexões que foram feitas até aqui sobre diversidade, inclusão, etc. às aulas de arte, por se tratar da área em que escolhi fazer a graduação

Juntam-se, assim, dois temas complexos e bastante abertos. Ao mesmo tempo em que é difícil classificá-los, e construir regras para trabalhá-los, essa abertura garante que não se encontrem obstáculos para abordagem dos temas. Sendo assim, muitos assuntos podem servir de gatilho para conversar sobre arte e diversidade nas aulas, na escola, na comunidade escolar. Felizmente a arte contemporânea já discute questões étnicas, culturais e identitárias há bastante tempo.

Apesar de ser feita para a sociedade, a arte hoje em dia atinge uma parcela mínima da população, considerando o padrão de cultura do Brasil. É comum escutar comentários entre familiares e amigos que, ao serem apresentados a uma obra de Bienal através de uma reportagem, por exemplo, simplesmente perguntam "Tá, e aí? Qual o sentido disso?". Bom, mudar este comportamento é uma das tarefas que cabe a nós, professores de arte.

3.1 Abordando a diversidade nas aulas de arte

O meio artístico tem suas próprias preocupações, um tanto diferentes das preocupações do meio educacional. Artistas e professores de arte têm objetivos diferentes em seus trabalhos, apesar de lidarem com o mesmo assunto. Aos professores cabe a tarefa de transmitir os discursos da arte ao aluno, e fazê-lo

perceber o sentido desta área. O professor tem uma tarefa de curador de arte, escolhendo artistas, obras e questões que serão expostas aos alunos.

Além de simplesmente cumprir com a lei que já foi citada neste trabalho, abordar a diversidade nas aulas de arte tem outros motivos e objetivos.

O ideal mesmo será começar indagando: por que o professor de arte precisa trazer para sua sala de aula a preocupação com as diferenças culturais? A resposta, embora pareça óbvia, foi até agora pouco considerada pelos educadores: em uma sala de aula, especialmente na escola pública, se inter-relacionam indivíduos de diferentes grupos culturais que terão sempre que lidar com outros indivíduos também de diferentes culturas e subculturas. (BARBOSA, 1998, p.91)

O trabalho com diversidade tem o objetivo de criar esta atitude positiva do aluno em relação aos que possam ser diferentes dele. Isto o prepararia para lidar de maneira positiva com situações adversas durante toda sua vida. Se desde cedo for ensinado o princípio do respeito, situações constrangedoras como as que vemos hoje de racismo, ódio e preconceito serão evitadas. Também existe o objetivo de sensibilizar para questões de deficiências físicas ou mentais, já que a inclusão é uma realidade no ensino público.

Ainda sobre trazer questões de diversidade para a aula,

Os(as) educadores(as) devem criar ambientes de aprendizagem que promovam a alfabetização cultural de seus(suas) alunos(as) em diferentes códigos culturais, a compreensão da existência de processos culturais comuns às culturas, e a identificação do contexto cultural em que a escola e a família são imersas. (RICHTER, 2003, p.28)

Ou seja, buscamos também minimizar os efeitos do etnocentrismo, que já foi exposto neste trabalho. Isto inclui compreender que grupos culturais diferentes também têm necessidade da arte, mas que o conceito de arte em si pode ser diferente entre os diversos grupos culturais.

Percebi durante o meu estágio curricular que os alunos também têm diferenças de comportamento durante a execução do trabalho. Alguns terminam as atividades muito rápido, outros tentam e se empenham muito, e demoram mais tempo. Mas mesmo assim, é preciso mesclar a realização de uma tarefa em grupo, onde todos precisam entrar no mesmo ritmo, ou uma tarefa individual, onde cada um toma seu tempo. Acredito que tratar da diversidade pode ser comparado a isso: em alguns momentos teremos que estabelecer e reconhecer quais características são

comuns aos alunos, em outros momentos teremos que falar sobre as diferenças entre eles também. Um não existe sem o outro, e ambos têm a mesma importância.

A arte contemporânea apresenta uma vantagem em relação aos movimentos mais antigos da arte. As obras estão nos museus agora, e nós, como público, podemos vê-las, e conforme a proposta, interagir com elas. É muito diferente de um Parangolé de Hélio Oiticica, que foi feito para ser obra em conjunto com quem o veste, mas não pode mais ser vestido. Este é um aspecto rico que deve ser trazido às aulas: que o aluno crie também seus significados para as obras com as quais tem contato. Que ele possa ter a experiência da arte.

O tema principal do meu estágio curricular foi "identidade". Utilizei referências de vários artistas que trabalham o auto-retrato, principalmente da contemporaneidade. Achei curioso durante o andamento do projeto que vários alunos não sabiam falar sobre si. Algo que me parece tão simples deixava-os travados. Uma impressão que tive é que antes de começar qualquer trabalho visando a aceitação e compreensão do "outro", é preciso afirmar a aceitação e compreensão sobre "si mesmo". A maioria dos alunos parece ser desprovida ou inconsciente de uma identidade própria. A maneira como se relacionam com a escola também é desprovida de sentido.

Utilizei o tema da identidade como estratégia para abordar a diversidade, a valorização daquilo que é próprio de cada um e o respeito às diferenças. Considero possível e importante pensar em formas de abordar pedagogicamente questões que levem a refletir sobre aspectos pertinentes ao tema diversidade. A partir das mais diversas questões podemos buscar obras e artistas que nos levem a conhecer, compreender e refletir sobre as diferenças, aproximações e inter-relações entre culturas, ideias e referências.

3.2 Escolhendo os artistas e as obras de arte

Os artistas trazidos à aula serão buscados conforme o aspecto da diversidade que queremos ressaltar. Podemos trabalhar o papel social da mulher, a cultura afro-brasileira, indígena, as imposições da mídia sobre aparência, deficiências, sexualidade, enfim problematizar qualquer assunto baseado em alguma obra de arte.

Para tratar da cultura afro-brasileira, em referência à lei, existem artistas brasileiros que trazem essa temática ao seu trabalho, como Mestre Didi, Emanuel Araújo, Arthur Bispo do Rosário, Rubem Valentim.

Mestre Didi é líder espiritual na religião Nagô, e traz a seus trabalhos artísticos todo o código da sua religião. As cores e as formas possuem um significado próprio, que não reconhecemos se não estivermos familiarizados com essa manifestação. Creio que é um trabalho riquíssimo em exploração de possibilidades artísticas com alunos. Melhor ainda se a identificação com esse código religioso partir dos alunos.

Emanuel Araújo é um artista negro, que interessado na reestruturação do universo da arte africana, enfatiza em suas gravuras, relevos e esculturas as formas geométricas aliadas a contrastes e cores fortes.



Imagem 1. Emanuel Araújo, *OGUM*, 2007.

Madeira pintada, metal, cristal.

Fonte: < <http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/mh-2011-002-f04.jpg> >
Acesso em 2 de dezembro de 2011.

Rubem Valentim era negro, e utilizou as referências da simbologia de religiões de origem africana no seu trabalho, também sintetizando-os com formas geométricas e cores fortes.

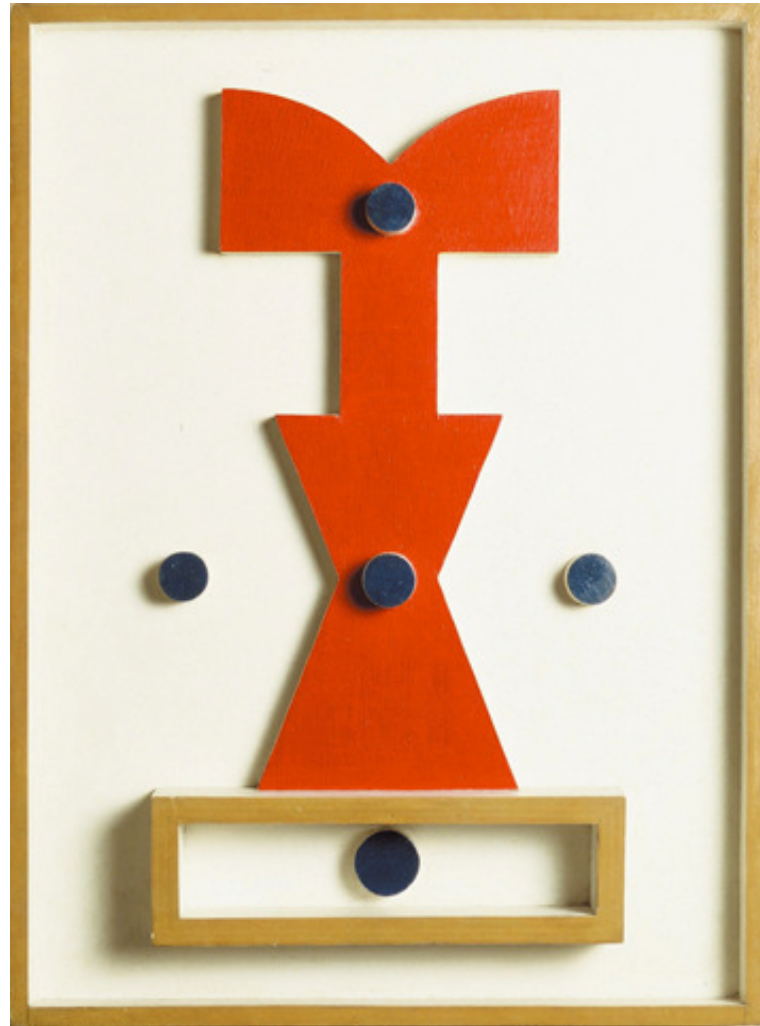


Imagem 2. Rubem Valentim, *sem título*, 1968.

Acrílica sobre madeira, 63,3 x 47 x 7cm

Fonte: < <http://www.mac.usp.br/mac/templates/exposicoes/theonspanudis/imagem/valentim.jpg> >
Acesso em 2 de dezembro de 2011.

Arthur Bispo do Rosário era negro, realizou diversos trabalhos durante sua vida, que acabaram sendo considerados como arte. Seu trabalho também é relacionado com a questão da diversidade. Mas no meu ponto de vista, suas obras não têm tanto o cunho da raça ou de qualquer aspecto que remeta à África. Pode

ser interessante, como questão de diversidade, lembrar que ele foi diagnosticado como esquizofrênico-paranóico.



Imagem 3. Arthur Bispo do Rosário, *sem título*, sem data.

Madeira, metal, vidro, fios. 105 x 47 x 12 cm

Fonte: < http://www.proa.org/exhibiciones/pasadas/inconsciente/salas/bispo_12.jpg >

Acesso em 2 de dezembro de 2011.

Referências mais distantes, no sentido de pertencerem a outra época da história da arte que não a contemporaneidade, que também podem ser usadas, são artistas que tiveram e buscaram influência da cultura e arte africana em seus trabalhos, por exemplo Picasso, Fernand Léger e Braque, que têm referências de

máscaras e arte africana em seus trabalhos. A influência africana foi notável em todo o movimento cubista.



Imagem 4. Picasso, *Nu Sentado*, 1908.

Óleo sobre tela.



Imagem 5. Costa do Marfim, *Máscara Baule*.

Fonte: < <http://educacao.uol.com.br/artes/influencia-afro-a-arte-africana-e-o-cubismo.jhtm> >
Acesso em 2 de dezembro de 2011.

Outras discussões muito interessantes para abordar o olhar de um grupo sobre o outro, que nos remetem ao etnocentrismo, podem ser feitas sobre a maneira como os negros e índios eram retratados na época da colonização. O material é vasto: Debret, Eckhout, Victor Meirelles, Hans Staden... Logicamente, depois de toda a discussão sobre etnocentrismo que fiz neste trabalho, não aconselho que sejam destacados somente os aspectos óbvios, que são imagens da época da escravidão, que são povos que sofreram, etc.

Coisas interessantes a ressaltar para mudar o pensamento dos alunos sobre aquelas imagens são, por exemplo, a maneira como os índios eram representados nos primeiros trabalhos: com corpos de biotipo europeu, índias com longos cabelos ondulados, e índios que mais pareciam ser carecas do que terem o

cabelo propositalmente cortado. E isto ocorria justamente por serem imagens feitas sobre o que os europeus conheciam na época.



Imagem 6. Theodore de Bry, *Preparo do Banquete Ritual*, 1592.
 Fonte: < <http://people.ufpr.br/~lgeraldo/theodoredebry2.jpg> >
 Acesso em 2 de dezembro de 2011.

Uma obra de arte que acho interessantíssima para discutir a diversidade é "6 Bilhões de Outros", projeto de Yann Arthus-Bertrand. Para realizar o projeto, Bertrand mobilizou uma dezena de repórteres que visitou 78 países em 5 anos e reuniu exatas 5.600 entrevistas de homens e mulheres, respondendo 40 questões relacionadas a alguns temas. O mais surpreendente desta obra é ver que milhares de pessoas ao redor do mundo todo, do agricultor afeição à artista alemã, compartilham os mesmos sentimentos sobre assuntos cotidianos: amor, felicidade, sonhos, família, perdão. Este aspecto leva também a questionar o motivo de existir

tanta desigualdade no planeta, já que temos tanto em comum. Note que desigualdade não significa o mesmo que diferença. Como consta nos PCN,

As culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo das suas histórias, na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas suas relações com o meio e com outros grupos, na produção de conhecimentos etc. A diferença entre culturas é fruto da singularidade desses processos em cada grupo social. A desigualdade social é uma diferença de outra natureza: é produzida na relação de dominação e exploração socioeconômica e política. (BRASIL, 1998 b, p.121)

A desigualdade então precisa ser combatida, pois ela impede, por exemplo, o acesso universal a saúde, educação e moradia de qualidade. Já a diferença é positiva, é o que torna o universo humano tão rico.



Imagem 7. Yann Arthus-Bertrand, *6 bilhões de Outros*, 2011.
 Vídeo-exposição. Museu de Arte de São Paulo.
 Fonte: < <http://www.6milliardsdautres.org/saopaulo/pic1.jpg> >
 Acesso em 2 de dezembro de 2011.

Exercícios de desconstrução de ícones da cultura contemporânea também podem ser feitos, afinal o ensino de arte trata também de incentivar o pensamento criativo do aluno. Instigar os alunos a pensarem por que o Papai Noel é um senhor branco: ele existe pra que alguém saiba como ele é? E o Saci-Pererê, por que foi

inventado sendo negro? E a boneca mais famosa da história, Barbie: por que ela é a mais vendida no mundo se ela remete a um padrão de beleza no qual 99% da população mundial não se encaixa? E o mais importante, quem criou estes personagens (e tantos outros) quer que nós pensemos o que sobre negros e brancos? Ao mesmo tempo, com discussões adequadas, despertamos a consciência de que cabe a nós modificar valores da sociedade que julgamos negativos.

Também existe uma informação que passa despercebida pelo cotidiano dos alunos, sobre alguns personagens famosos na história do Brasil terem sido negros. O escultor Aleijadinho, o presidente Nilo Peçanha, o escritor Machado de Assis, o poeta Cruz e Souza, o maestro Carlos Gomes. É um dado que pode parecer irrelevante, mas com certeza faz muita diferença na hora de pensar sobre estas personalidades, sobre como foram suas trajetórias, e uma ótima maneira de valorizar os afrodescendentes na história do Brasil.

E sobre a história e cultura indígena, podemos pensar: além dos livros de história, no capítulo sobre o "descobrimento" do Brasil, onde mais vemos os índios serem citados? Como é a figura do indígena hoje em dia? Para quem vive em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a figura do indígena se resume a um mendigo, pedinte, sem espaço no cotidiano capitalista. Torna-se extremamente necessária a busca de material sobre a cultura indígena para discussão com os alunos. Por ter uma cultura totalmente diferenciada, os indígenas são simplesmente excluídos da nossa sociedade.

Nem sempre as turmas reagirão da mesma forma a uma mesma proposta de ensino, pois o grau de preconceito e resistência a novas idéias pode variar. Por isto é importante que se conheça os alunos, a escola, a comunidade escolar onde se vai trabalhar. As atividades podem ser as mais variadas em aula. Creio que o importante é que em todo trabalho esteja presente a intenção de modificar o olhar, causar movimento do pensamento, criar olhares críticos. O importante em uma atividade é quando dá aquele estalo na cabeça do aluno, ele diz "Aahhh!" como quem acaba de entender o funcionamento de uma máquina complicada. E ele começa a compreender o mundo que o cerca de maneira mais clara, como personagem ativo e não passivo.

3.3 Equilibrando a diferença e a igualdade

Este é o ponto mais difícil de toda a discussão sobre diversidade. Até que ponto reforçar as diferenças e as igualdades? Retomo aqui uma citação que já foi feita para esta discussão, mas que considero relevante também neste subcapítulo:

A promoção da diferença pode redundar, e muitas vezes isso tem acontecido, em um incremento da discriminação. Já a promoção de uma pseudo-igualdade tem como resultado a alienação e o comodismo redundantes dos grupos hegemônicos. (RICHTER, 2003, p.27)

Nota-se que a autora usou o termo "pseudo-igualdade". Creio que ela quis dizer que por mais que promovamos uma igualdade universal, ela nunca será verdadeira, as diferenças estão em todos os lugares. Nos dias de hoje vemos uma massificação do ser humano, mas esta massificação leva à insatisfação do indivíduo consigo mesmo.

Não é à toa que vivemos em uma era de stress, depressão, câncer, distúrbios de alimentação, etc... A meu ver todos estes problemas são o reflexo de uma identidade mal resolvida. E é mal resolvida porque todos os dias são expostos a nós padrões de beleza, comportamento e consumo, na mídia, que são tidos como ideais, mas não servem para todas as pessoas. Um modo de vida inteiro é imposto a nós, e temos que viver desta maneira, queiramos ou não.

Uma estratégia possível para abordar o equilíbrio entre diferença e igualdade é o trabalho com o tema "identidade", que conforme já citei, foi o tema do meu estágio. Esta temática proporciona reflexões sobre indivíduo e sociedade. "Quais são minhas identidades" é uma questão que leva a refletir sobre em quais grupos o aluno está inserido ou não, e quais grupos se inserem em outros maiores. Isto pode levar a uma percepção sobre a proporção de diferença e igualdade com que lidamos no cotidiano, e que ambas são positivas.

A arte de um determinado grupo pode atribuir identidade a ele através de símbolos. Se a arte deste grupo for corretamente valorizada, reforça-se a identidade e a auto-estima do grupo perante a sociedade. E é preciso valorizar manifestações diversas, mesmo que não se encaixem na nossa concepção de arte, pois

[...] somente uma educação que fortalece a diversidade cultural pode ser entendida como democrática. Procurar igualdade sem considerar as diferenças é obter uma pasteurização homogeneizante. Isso está acontecendo hoje na arte e na arte-educação no Brasil. Os códigos europeus e o código branco norte-americano são os únicos válidos. (BARBOSA, 1998, p.80)

Este é um desafio que temos como professores de arte, pois como cita Ana Mae,

Instituições, historiadores da arte, curadores e artistas em geral não têm a preocupação com o pluralismo cultural, a multiculturalidade, o interculturalismo, etc. Quando a têm é em nome do folclore, e folclore já é uma designação colonialista. (BARBOSA, 1998, p.80)

Então, se trabalharmos a diversidade com base apenas nas obras legitimadas pelo sistema de arte, estaremos cometendo o erro de não levar em consideração a diversidade em si. Podemos buscar manifestações artísticas diretamente nos grupos que nos propomos a estudar. Podemos pesquisar dentro da própria sala de aula se não existem pais, tios, avós de alunos que produzam alguma manifestação artística. Assim estaremos resgatando e afirmando a identidade do aluno. E se o aluno se sentir bem consigo mesmo, certamente respeitará as manifestações culturais de grupos diferentes do seu.

Considerações finais

Foi em uma aula na cadeira de Estágio I, durante o primeiro semestre letivo de 2011, na Faculdade de Educação da UFRGS, que entrei em contato pela primeira vez com a Lei 11.645/08, e tendo em vista que ingressei no curso de Licenciatura em Artes Visuais em 2006, considero que tomei conhecimento dela tardiamente. Apesar disso, o primeiro contato foi intenso. Logo comecei a pensar em várias questões que considerava importante serem discutidas quando se discutisse esta lei. Foi assim que encontrei o assunto para fazer meu trabalho de conclusão de curso.

Neste trabalho procurei trazer as discussões que considero relevantes para tratar da diversidade, e por consequência promover um ensino democrático e inclusivo. Através da revisão bibliográfica sobre diversidade, arte-educação, e também sobre a Lei 11.645/08, creio ter apresentado vários argumentos que são fundamentais no tratamento das diferenças, e que devem ser considerados ao trabalhar este tema em aula ou na escola.

Quanto à relação do tema com a arte, chego à conclusão que precisamos didatizar as obras de arte, escolhendo o aspecto que gostaríamos de enfatizar cada vez que as levamos às aulas. Uma mesma obra pode ser usada para tratar de vários assuntos, dependendo do que o professor pretende trazer naquela determinada atividade

Logicamente, didatizar não significa desmerecer ou des-significar trabalhos artísticos, mas significa mediar para um público que, honestamente, não busca a arte por interesse. A arte é um componente obrigatório no currículo escolar, e considero isso ótimo, pois quem está na área sabe o quão versátil e instigante a arte é. Mas para a maioria dos alunos, e isso se construiu na história da arte-educação, aula de arte é passatempo, matéria que não reprova, que não tem importância. Nos últimos dias de aula do meu estágio fiz um pequeno questionário, e muitos alunos

responderam voluntariamente, sem que houvesse uma pergunta específica para isso, que não gostavam de arte.

Como os alunos podem saber se não gostam de arte quando nunca tiveram um ensino consistente nesta área? Senti que esse pré-conceito que os alunos têm de arte acabou gerando desinteresse deles, e uma maior dificuldade de desenvolver um trabalho mais significativo em sala de aula. Então, resta ao professor de arte buscar uma maneira para, antes de tudo, educar o olhar do aluno, e incentivá-lo a criar opiniões críticas com argumentos fundamentados, e não somente baseado em impressões pessoais.

Creio que o trabalho alcançou seu objetivo de dar esclarecimentos iniciais sobre como podemos proceder nas aulas de arte e no dia-a-dia para valorizar a diversidade. Também foram apresentadas sugestões de imagens, artistas ou obras que podemos trazer às aulas para o enriquecimento desta discussão. É importante ressaltar que estas sugestões são apenas um ponto de partida. São infinitas as possibilidades para discussão deste tema dentro da área das artes.

A discussão dos primeiros capítulos sobre a Lei e a diversidade também são fundamentais para que professores de outras áreas, que não a arte, possam promover um trabalho de valorização da diversidade também na sua área de atuação. Afinal, a responsabilidade é da escola como um todo.

Este tema precisa ser discutido com ainda mais profundidade, e considero que este trabalho também pode se desdobrar em pesquisas futuras. São muitos os aspectos a serem considerados, e cada tópico deste assunto possibilita outra discussão igualmente extensa. Somente realizando estas discussões e trazendo o tema à escola, de maneira eficaz, é que podemos minimizar o preconceito, caminhando assim em direção a um ensino realmente democrático e igualitário.

Referências

BARBOSA, Ana mae. *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. São Paulo: Cortez, 2008.

BARBOSA, Ana Mae. *Tópicos utópicos*. Belo Horizonte: Ed. Com/Arte, 1998.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno, Parecer nº 3, de 10 de Março, 2004 a. <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em 2 de dezembro de 2011.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno, Resolução nº 1, de 17 de Junho, 2004 b. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em 2 de dezembro de 2011.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998 a.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998 b.

COSTA, Renata. *O que foi o Apartheid na África do Sul?*. S/d. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/foi-apartheid-africa-sul-533369.shtml>>. Acesso em 2 de dezembro de 2011.

GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. BEAUCHAMP, Janete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008

ISHIBASHI, Isao. *Um Estudo Comparativo do Conteúdo Didático da Disciplina de História Geral do Ensino Médio Brasileiro e Japonês*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. 317 p. Dissertação – Programa De Pós-Graduação em História, Faculdade de

Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003

MASON, Rachel. *Por uma arte-educação multicultural*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

RIBEIRO, Paulo Silvino. *Segregação Racial*. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/sociologia/segregacao-racial.htm>>. Acesso em 2 de dezembro de 2011.

RICHTER, Ivone Mendes. *Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das Artes Visuais*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O que é etnocentrismo*. 5ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

TORRES GONZÁLEZ, José Antonio. *Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VALENTE, Ana Lúcia. *Educação e diversidade cultural: um desafio da atualidade*. São Paulo: Moderna, 1999.